

LEI N° 875, DE 17 DE OUTUBRO DE 2025

ADOTA O REPASSE DE SUBVENÇÃO SOCIAL PARA A ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO DOS ANIMAIS E DE CAUSAS SOCIAIS - APACS DO MUNICÍPIO DE CHÃ GRANDE/PE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHÃ GRANDE/PE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal de 1988, pela Constituição do Estado de Pernambuco e pela Lei Orgânica do Município de Chã Grande, FAÇO SABER que o poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

- **Art. 1º.** Fica estabelecido o repasse de subvenção social no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mês para Associação de Proteção dos Animais e de Causas Sociais APACS do Município de Chã Grande-PE.
- §1º. O Poder Executivo poderá, por ato próprio, modificar o valor da subvenção social de que trata este artigo.
- §2º. A subvenção social repassada deverá ser utilizada apenas para custeio, na manutenção de serviços anteriormente criados, nos termos do art. 12, §1º, da Lei Federal nº 4.320/64.
- **Art. 2º.** A prestação de contas dos recursos públicos repassados deverá ser feita a cada 03 (três) meses, sob pena da suspensão do repasse.

Parágrafo único. A prestação de contas deverá ser entregue a Controladoria Interna do município para sua respectiva análise.

- **Art. 3º.** As despesas deverão ser comprovadas mediante documentos originais fiscais ou equivalentes, a exemplo de notas fiscais, faturas e recibos.
- §1º. Os documentos devem mostrar a inequívoca comprovação da destinação dada aos recursos repassados.
- §2°. Os documentos para comprovação de despesas deverão:
- I Estar dentro do prazo de validade para sua emissão;
- II Ser original e sem rasuras;
- III Ser emitidos em nome da Associação de Proteção dos Animais e de Causas Sociais APACS;
- **IV** Conter especificação detalhada dos materiais adquiridos e/ou dos serviços prestados e conter a atestação do recebimento definitivo do bem ou serviço.
- **Art. 4º.** As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de verbas próprias do orçamento vigente.
- Art. 5°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 17 de outubro de 2025.

SANDRO CORRÊA DOS SANTOS Prefeito